

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 4 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E ONZE

-----Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e onze, pelas vinte horas dez minutos, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Batista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1. Divisão Administrativa do Concelho de Porto de Mós. Debate.-----

-----2. Voto de louvor/vencedores de provas distritais em futebol na época 2010/2011;-----

-----3. Fixação da taxa da derrama;-----

-----4. Fixação das taxas do imposto municipal sobre prédios urbanos;-----

-----5. Eleição de uma Junta de Freguesia para representante no Conselho Estratégico do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros;-----

-----6. PROC.N.º 182/2008- REQUERENTE – S.A.GASPAR, Lda., requer na qualidade de explorador da pedra denominada “Pia do Além”, sita no lugar de Espinheiro, Freguesia de São Bento, a emissão de declaração de Interesse Público Municipal, para integrar o E.I.A., elaborado no âmbito do licenciamento da ampliação da respetiva pedra.-----

-----7. Concessão da exploração do bar – “Docas 2” do Parque Verde da vila de Porto de Mós;-----

-----8. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

-----1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:-----

-----Faltaram à sessão, os seguintes membros: António da Conceição Ferraria (CDU); Manuel Correia Vala (Pediou a suspensão do mandato por seis meses – PSD em 17.06.2011); Olga Cristina Fino Silvestre (Justificada/PSD); Virgílio Vieira Casimiro (Justificada/PSD); António Manuel Ferreira de Almeida (pediu a suspensão do mandato por 30 dias); Jorge Paulo Costa Carvalho (Presidente da Junta de Freguesia de Mendiga – PS/Justificada - que foi substituído pela Secretária da Junta de Freguesia de Mendiga, Eugénia Maria Ferreira Gomes).-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Fernando Manuel de Carvalho Oliveira Monteiro, Rita Cerejo e Luis Manuel Coelho de Almeida.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 1 do artigo 52º – A, da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº 5 –A /2002 de 11 de janeiro, encontravam-se as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Anabela Lizardo Fortio Marques.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento à Assembleia que foram consideradas justificadas pela mesa as faltas à presente sessão dadas pelos membros acima referidos face à justificação escrita e oral que estes apresentaram dentro do prazo regimental.-----

-----2. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR:-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, pôs depois a discussão e votação as atas nº 2 e 3 referentes às duas anteriores sessões. Não havendo intervenções por parte dos deputados

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

municipais, o senhor Presidente da Assembleia pôs primeiramente a votação a ata da penúltima sessão, com as correções que lhe foram introduzidas, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**. Quanto à ata da última sessão, foi igualmente posta a votação tendo a mesma sido **aprovada por maioria com a abstenção de Maria Teresa Jorge Gomes**.

2. LEITURA DO EXPEDIENTE:

O Senhor Presidente da Assembleia fez a leitura resumida do expediente recebido desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal, dizendo que a mesma se encontra disponível para os membros que desejarem a sua consulta.

Referiu-se depois ao requerimento que foi apresentado pela deputada municipal Ana Narciso na anterior sessão e que tinha o teor seguinte: *"Requeiro ao senhor Presidente da Assembleia Municipal de Porto de Mós, ao abrigo do artigo 16º, alínea f), os seguintes documentos, requeiro também que sejam distribuídos a todos os deputados desta Assembleia e comunicação social: faturas que comprovem o pagamento da Câmara Municipal à empresa em questão, que comprovem o prejuízo de cem mil euros referidos e ata da reunião de Câmara de 26 de junho de 2003"*. Acrescentou ainda o senhor Presidente da Assembleia Municipal que na altura teve oportunidade de dizer à senhora deputada que endereçaria o seu requerimento ao senhor Presidente da Câmara mas que não o faria quanto aos senhores deputados municipais e imprensa, sendo essa uma faculdade que a senhora deputada agora terá, se assim o entender.

Continuou depois dizendo que o senhor Presidente da Câmara respondeu à senhora deputada Ana Narciso nos seguintes termos:

"Assunto: Resposta ao requerimento da Deputada Municipal Ana Narciso apresentado na Assembleia Municipal de 27.06.2011, no qual solicita elementos sobre exploração das Piscinas Municipais.

Neste requerimento, a senhora deputada Ana Narciso, pretende "Faturas que comprovem o pagamento da Câmara Municipal à empresa em questão e que comprovem o prejuízo de cem mil euros referidos".

Lamentamos, mas não existem os documentos solicitados. As faturas não se destinam a comprovar pagamentos nem a comprovar prejuízos. Depois, a CM não fez qualquer pagamento à empresa concessionária do espaço.

Não obstante esta desconformidade, presumimos que a Srª deputada pretendia obter esclarecimentos sobre os custos, proveitos e resultados do centro de custo "Piscinas Municipais", para aferir as consequências da cessação do contrato com a empresa "Activwave", que ocorreu em fevereiro de 2006.

Podemos, assim, resumir tais consequências decorrentes da alteração operada no modelo de gestão de piscinas municipais, da seguinte forma:

1. Até finais de janeiro de 2006, "a concessionária Activwave" arrecadava toda a receita gerada no edifício e entregava à CM uma pequena percentagem da mesma. No ano de 2005 o valor global dessa percentagem foi de 45 313.00 €, receita que a CM documentou mensalmente com guias de receita, suportadas em mapas de registos entregues pela empresa.

2. A Câmara Municipal pagava os custos de funcionamento, a saber: gás, eletricidade, produtos químicos, serviços de limpeza e parte dos custos com professores e direção técnica. O somatório destes custos em 2005 ascendeu a 140 173.00€. O prejuízo apurado resultou, naturalmente, na diferença entre estes dois valores, ou seja, em 94 860.00€.

Em fevereiro de 2006, o modelo de gestão passou a ser da própria CM, com a inerente obrigação de suportar todos os custos e arrecadar toda a receita gerada. Daqui resultaram os seguintes dados relativos a 11 meses de 2006: receita total de 130 956.00 € e custos no valor de 146 346.00 €.

Fica assim provado que o valor que referi como "prejuízo que a CM tinha com as piscinas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

municipais quando este Executivo tomou posse, era na ordem de 100 000.00 €, não anda longe da verdade.-----

-----Longe da verdade e dos parâmetros da normalidade parece andar quem ainda hoje tem dúvidas sobre este assunto, tendo o mesmo sido objeto de referencia e devidamente esclarecido na Assembleia Municipal várias vezes, nomeadamente em abril de 2007, aquando da apresentação das contas de 2006.-----

-----Na sequencia ainda do que nos foi solicitado, anexamos cópia da ata da reunião de Câmara de 26 de junho de 2003.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia continuou dizendo que a ata solicitada foi igualmente enviada à senhora deputada, bem como toda a documentação relativa ao Conselho Municipal de Segurança, cujo regulamento havia sido também solicitado. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal fez depois menção ao facto de ter recebido do munícipe Fábio Ferreira dos Santos, e restantes abaixo assinados, uma petição pública, que fica devidamente arquivada nos serviços administrativos desta Assembleia Municipal e que vêm requerer, enquanto frequentadores da Zona Desportiva de Porto de Mós, Várzea, no exercício cívico e político do seu direito de petição consagrado constitucionalmente: -----

-----"1. A abertura ao público dos balneários da Zona Desportiva de Porto de Mós, Várzea, em dias úteis, fins de semana e feriados;-----

-----2. No caso da Câmara Municipal de Porto de Mós, não possuir os meios necessários (humanos e/ou outros) para a execução do ponto anterior, deverá instalar um ou mais bebedouros públicos aos campos sintéticos e de ténis existentes na Zona Desportiva de Porto de Mós, Várzea;-----

-----3. Construção do 3º Campo de Ténis como anteriormente anunciado na publicação municipal de <<Viver Porto de Mós>>, Nº 3, Ano II, junho de 2009 (Anexo 1).-----

-----Na convicção de que os legítimos interesses e preocupações dos signatários merecerão da Assembleia Municipal e Câmara Municipal de Porto de Mós a devida consideração. (assinaturas)-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que deu conhecimento ao senhor Presidente da Câmara da presente petição, tendo este respondido ao munícipe Fábio Santos em 29 de julho de 2011, conforme documento que se encontra arquivado nos serviços administrativos da Assembleia Municipal e disponível para consulta.-----

-----Acrescentou ainda o senhor Presidente da Assembleia que deu conhecimento dessa resposta ao munícipe Fábio Santos, tendo-o convidado a vir aqui a esta Assembleia explicar melhor os seus argumentos, se assim o desejasse.-----

-----No que se refere aos heróis de Porto de Mós na Guerra do Ultramar, disse ainda que, no dia de S. Pedro foi inaugurado o monumento destinado a homenageá-los, conforme sugestão aqui aprovada nesta Assembleia. Continuou ainda dizendo que na última sessão aqui disse que uma delegação da Liga dos Combatentes iria a Moçambique, passando a dar conta do ponto de situação. Referiu que o Tenente – Coronel Álvaro Diogo a prestar serviço na Liga dos Combatentes, o informou telefonicamente que fez parte da delegação que se deslocou a Moçambique e que foi ao cemitério de Vila Pery que parece estar num estado deplorável do ponto de vista da sua conservação, pelo que não foi possível localizar a campa do Furriel Rosa Ferreira. A delegação terá deixado instruções no local para as pesquisas e assim esperar novos desenvolvimentos em nova deslocação, dizendo que são estas as informações que possui de momento. Quanto à colocação dos nomes no Memorial do Bom Sucesso, a informação que tem da Liga dos Combatentes é que periodicamente são lá feitas intervenções na medida em que as reclamações vão chegando, e logo que a quantidade o justifique, uma vez que cada placa custa por volta de mil e quinhentos euros, os nomes vão sendo progressivamente acrescentados. Terminou dizendo que são estas as

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

informações que tem a dar garantindo que irá continuar a acompanhar este assunto com o maior empenho.-----

-----Passou depois a dizer que recebeu da IGAL uma comunicação cujo assunto é a Inspeção Ordinária ao Concelho de Porto de Mós – Relatório – Eventuais Responsabilidades Financeiras, referindo a mesma que havia sido o dito relatório enviado ao Presidente da Câmara e que deveria pedir cópia do mesmo. Acrescentou que não foi preciso solicitar porque o executivo tomou essa iniciativa, pedindo que o documento fosse distribuído pelos deputados municipais.-----

PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD):

-----Disse que gostaria de publicamente se congratular com a evocação que teve lugar no Castelo de Porto de Mós em 13 de agosto, referente às comemorações da Batalha de Aljubarrota, dizendo ser sempre bastante rica uma efeméride deste género, pois foi no castelo de Porto de Mós que D. Nuno Alvares Pereira e as suas hostes descansaram, acamparam, celebraram missa e deram comunhão a todos os militares que o quiseram, saindo dali para a batalha no dia seguinte, nos campos de S. Jorge.-----

-----Disse depois que gostaria ainda de sugerir um roteiro dos caminhos de D. Nuno/ Batalha de Aljubarrota ou Batalha Real, como lhe parece que deveria ser mais corretamente chamada, se tenha em conta a zona da Carreiranha ou mais concretamente a Estrada Romana em Alqueidão da Serra, bem como Eiras da Lagoa.-----

Maria Teresa Jorge Gomes (PS):

-----Usando da palavra, disse que queria dirigir uma pergunta ao senhor Presidente da Câmara porque há dias foi abordada por alguém que a questionou sobre se o espaço por cima das piscinas (o restaurante e a esplanada) teria condições para suportar uma concentração tão grande de pessoas.-----

-----Referiu-se depois às festas no castelo cujos bilhetes disse achar caros, pese embora o facto de o executivo não ter qualquer responsabilidade nisso, dizendo ser apenas um alerta para as entidades que alugam aquele espaço terem alguma contenção nos preços. -----

-----Disse depois não querer deixar passar a oportunidade para agradecer ao executivo pela realização do Parque Verde, pois tem imenso orgulho naquele espaço.-----

Ana Maria Martins Narciso (PSD):

-----Usando da palavra, passou a referir-se à questão das piscinas dizendo que para si era claro que houve aqui um palpite do senhor Presidente da Câmara no sentido de atirar um numero para o ar, que podia ser cem mil, noventa e quatro mil, podia ser cinquenta mil...houve um numero atirado para o ar e que depois teve necessidade de justificar com uma justificação que nunca tinha visto, de que faturas não servem de comprovativos de pagamento nem de prejuízo, referindo que nunca tinha visto isto escrito em lado nenhum, e que se está sempre a tempo de aprender. Disse depois que o ponto que queria referir era que num ano (2005/2006), o senhor Presidente com o novo modelo de gestão das piscinas municipais conseguiu duas coisas: conseguiu aumentar a receita, mas também conseguiu aumentar a despesa dizendo que gostaria de saber se sequentemente as coisas estão neste pé. Disse depois que acha que ambos os modelos não conseguiram fazer com que as piscinas sejam autossuficientes, manifestando a sua preocupação quanto a um futuro próximo e dizendo que se está a falar de cerca de duzentos mil euros ano, o que representa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bastante dinheiro da autarquia e questionando se não há outras formas de se financiar um espaço que é da autarquia, que é de serviço público, mas que tem um custo bastante alto. Quanto a este assunto concluiu que neste âmbito talvez se exija um contrato mais criativo, reduzindo despesas e sendo auto suficiente por exemplo em termos de energia.

-----Quanto ao Conselho Municipal de Segurança, disse que o Regulamento existe e que lhe foi enviado, precisando de ser atualizado e devendo depois voltar aqui, pois a última reunião que houve foi em 2008. Continuou dizendo que entretanto houve alterações resultantes do último ato eleitoral, perguntando se as freguesias que lá figuram sabem que fazem parte desse Conselho, e há cidadãos que nem sequer já fazem parte desta Assembleia e que continuam a figurar como elementos daquele Conselho de Segurança. Disse depois que esse Regulamento é da responsabilidade da Assembleia Municipal, faz parte das suas competências. Referiu ainda que a memória das coisas deve ser preservada, devendo-se saber o que se passou, que diagnóstico foi feito, que problemas foram levantados e detetados e que soluções é que foram encontradas, porque houve de facto uma reunião em 2008, e que outras é que ainda faltam fazer para encontrar os problemas do concelho.

-----Disse depois que, quanto ao assunto que apresentará seguidamente gostaria de obter uma resposta rápida, apresentando-o na forma de uma moção, porque já foi pedido na sessão de fevereiro que fosse instituído o prémio Dr. Oliveira Perpétua, passando a ler a referida moção que subscreve, e que a seguir se transcreve:

MOÇÃO

-----A Assembleia Municipal reunida a 30 de setembro, em reunião ordinária, conclui que deve a Câmara Municipal instituir o Prémio Dr. Oliveira Perpétua, conforme Regulamento enviado pela Associação dos Ex Alunos e Professores do Colégio de Porto de Mós.

-----Os subscritores desta moção querem preservar e dignificar o nome e a obra do Dr. Manuel de Oliveira Perpétua, a quem Porto de Mós deve a instituição dos Ensinos Preparatório e Secundário Liceal, há mais de meio século.

-----Consideram ainda que este Prémio é um reconhecimento concedido anualmente aos alunos portomosenses do Ensino Secundário que se destaquem em quatro áreas fundamentais do conhecimento: PORTUGUÊS, MATEMÁTICA, HISTÓRIA E FILOSOFIA.

-----Porto de Mós, 30 de setembro de 2011.

-----*(Os subscritores: assinaturas)*

-----**Artur José dos Santos Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire - PS):**

-----Usando da palavra referiu que, numa altura em que tanto se fala de contenção e de redução da despesa, é raro o dia em que não se desperdiçam milhares de litros de água, perguntando se se trata de erro humano e dizendo querer ser esclarecido.

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso - PSD):**

-----Interveio dizendo que queria apenas constatar um facto e se possível solicitar um esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara. Começou por dizer que por volta de 2004 as quatro freguesias da serra fizeram um pacto de esforço e trabalho para conseguir pôr a obra do CASSAC em pé. Disse não ter sido difícil as Juntas de Freguesia entenderem-se e a obra surgiu. Mas oito anos depois chegou-se a um impasse, onde o problema nem sequer é dinheiro questionando em que ponto é que se está. Disse depois que em junho de 2006 o PNSAC deu o acordo prévio para a construção do lar naquele local, tendo a Segurança Social também dado parecer positivo, a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Saúde e a própria Câmara em abril de 2009 aprovou a arquitetura. Passado todo este tempo, continua sem licenciamento e sem sequer se poder utilizar o pouco dinheiro que eventualmente se possa ter. Na altura ficou definido que não havia qualquer problema de construção naquele lugar, tendo o próprio PNSAC em junho de 2006 dado parecer positivo, tendo as Juntas de freguesia comprado os terrenos que ofereceram ao CASSAC e que representam cerca de sessenta mil euros e tendo a própria Câmara apoiado com cerca de quarenta mil euros para o projeto. Terminou dizendo que gostaria de ser esclarecido relativamente ao que se está a fazer e ao que se pode fazer objetivamente de forma a que o projeto possa ser desbloqueado, porque as populações não entendem e já nem sequer é possível fazer sócios porque as pessoas já não acreditam no projeto.-----

-----Rui

-----**Fernando Correia Marto (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS):**-----

Usando da palavra disse que se vê recorrentemente na informação que é fornecida pela Câmara, que terá alguma coisa, ou muito, a ver com o IC2 e o IC9. Referiu-se depois às valas que estão abertas na zona de ligação dos Mendigos à Fonte dos Marcos dizendo que quando vierem as chuvas irá haver problemas a jusante dessas valas, pedindo à Câmara que fique atenta a esta situação e que em caso de necessidade seja o interlocutor privilegiado entre a empresa e as populações.-----

-----Referiu-se depois ao estado das finanças públicas dizendo que se pode prever que o próximo ano será muito complicado em todos os aspetos, e dado que esta será a última sessão antes da apresentação do Orçamento para o ano de 2012, faz um apelo à Câmara para que opte por aquilo que diga alguma coisa às pessoas e que sejam realmente necessárias, nomeadamente situações de abastecimento de águas, de saneamento e outras que não sendo obras de grande visibilidade têm que ser tidas em conta porque as pessoas não aceitam que não haja dinheiro para obras fundamentais e haja para outras que a seu ver, nunca terão grande utilização, dizendo que já há algumas no concelho de Porto de Mós, havendo grande dificuldade em pô-las a funcionar como deve ser, não constituindo mais que um fardo pesadíssimo para este município, não só na construção como também na manutenção e vida dessas casas.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Intervindo, disse que iria complementar a intervenção do senhor deputado Rui Marto, no que se refere ao IC9, dizendo ter uma questão a colocar ao senhor Presidente da Câmara, que tem a ver com saber se está devidamente salvaguardado com as empresas construtoras do IC9, que os caminhos rurais e as estradas municipais irão ser repostas pelas empresas construtoras, dizendo que os caminhos estão de tal forma danificados que será uma despesa avultada para o município se for a Câmara a fazê-lo. No que se refere à ligação da Fonte dos Marcos aos Mendigos, e uma vez que foi a Câmara, pelo que lhe é dado saber, que andou a introduzir a canalização para o desvio da água, gostaria também de saber se essa reposição vai ser feita pela Câmara ou se também tem a ver com o IC9. Disse ainda aproveitar para questionar a Câmara sobre o que se está a passar com as massas asfálticas dado que quando rebentam as condutas, e isto referindo-se à Fonte dos Marcos, os buracos não são tapados, pelo menos desde janeiro.-----

-----Passou depois a referir-se à situação da construção do hotel em Porto de Mós, dizendo que em 2003, o senhor Vice-Presidente da Câmara dessa altura, senhor João Salgueiro, atual Presidente da Câmara, e sob proposta do executivo da altura, apresentou aqui a questão do célebre hotel de Porto de Mós. Continuou dizendo que em 2011 essa construção não está ainda concluída, dizendo que a culpa é do promotor inicial, a culpa é do executivo e é sua também enquanto deputado municipal. Disse depois que aqui todos agiram na melhor das intenções que era Porto de Mós ter um hotel. Disse que o que queria frisar aqui é que o executivo acionou a garantia bancária, sendo um direito que assiste à Câmara de Porto de Mós, pois eram essas as condições, ressalvando que não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se deve olhar exclusivamente para a indemnização que resulta da garantia bancária, sendo necessário pensar o que é que vai sair daquele espaço e durante quanto tempo é que aquele espaço vai ficar daquela forma, se não houver o cuidado de tratar o assunto da forma mais correta, reforçando a ideia de que uma coisa são as receitas da Câmara e outra a imagem que se tem à entrada de Porto de Mós. -----

-----Fez depois referência ao assunto da VDG1, dizendo que em tempos foi dito que era um assunto que se resolvia em seis meses e já lá vão seis anos, o Parque Verde está resolvido e a estrada está precisamente na mesma, perguntando se é para ficar assim ou se vai ter uma solução a breve trecho.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia usou da palavra dizendo que não havia mais inscrições para intervenções, mas que chegou à mesa uma comunicação do senhor deputado municipal, **Luis Carlos Vieira Monteiro** que diz o seguinte:-----

-----“*Luis Carlos Vieira Monteiro, deputado municipal, venho por este meio requer a V. Ex^a. que lhe seja dado o uso da palavra de forma a poder pedir um esclarecimento acerca dos documentos agora apresentados na Assembleia Municipal.*”-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que era a primeira vez que a palavra lhe era pedida por escrito, perguntando a que documentos se referia, e respondendo aquele que se referia ao Relatório da IGAL .-----

-----Dada a palavra ao deputado municipal **Luis Monteiro**, este disse que tinha pedido a palavra por escrito para não estar a interromper os trabalhos. Continuando, disse que tendo lido diagonalmente o Relatório queria perguntar se o mesmo está completo, porque há referências a fls. 15 a 17 do Relatório, na página 3 onde se diz “*os autores dos factos encontram-se identificados no quadro de eventuais responsabilidades financeiras de fls. 15 a 17 deste relatório...*”, dizendo não ter encontrado aqui as fls. 15 a 17, perguntando se falta alguma coisa ou se se trata apenas de uma questão de numeração.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que o senhor Presidente da Câmara teria oportunidade de esclarecer o assunto, referindo que o que foi aqui distribuído foi o que lhe foi enviado pela Câmara achando que o devia distribuir pelos deputados municipais.-----

-----O senhor Presidente da Câmara depois, na posse da palavra, passou a responder aos anteriores intervenientes, começando pelo deputado municipal **Carlos Vieira** disse que também foi feita uma evocação no Campo Militar de S. Jorge, com Missa e colocação de flores, dizendo ser este espaço um dos mais importantes do concelho, da região e do país, e devendo neste aspeto ser valorizado e dignificado, tendo sido isso que foi feito. Quanto à calçada romana de que falou bem como doutros locais do concelho, disse que existe em preparação um projeto de sinalização turística por todo o concelho estando aí englobadas as áreas que referiu. Disse tratar-se de um projeto no âmbito do regulamento urbano para a competitividade e inovação que está aprovado, faltando limar algumas arestas no âmbito da Comunidade Intermunicipal-----

-----A **Maria Teresa Jorge Gomes** disse, quanto à questão que esta começou por colocar sobre se o espaço destinado a bar nas Piscinas Municipais tinham capacidade para suportar tanta gente, que tudo isso obedece a regras mediante as quais são efetuados cálculos sobre as estruturas de betão armado, tendo em conta as sobrecargas que lhe são exigidas em função da sua utilização.-----

-----No que toca às Festas no Castelo, disse que uma foi promovida pela ACILIS e outra no âmbito do Summer Castle. Tendo a Câmara autorizado a sua realização, a responsabilidade das mesmas foi das entidades promotoras, que tendo encargos procuram fazer face aos mesmos através da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bilheteira, não tendo a Câmara condições para interferir na questão dos preços.-----

Agradeceu depois as considerações que esta deputada municipal teceu acerca do Parque Verde da Vila dizendo que tem recebido da população em geral os maiores elogios. -----

--Referiu-se ainda ao espetáculo promovido pela ACILIS no Parque Verde, definindo-o como um dos espetáculos com mais nível que já se realizou em Porto de Mós.-----

Quanto à interpelação feita pela deputada municipal **Ana Narciso**, disse que esta voltou mais uma vez a falar na questão das piscinas, referindo que esta terá uma “pedra no sapato” e dizendo que quando fez menção à quantia de cem mil euros, não tinha a exata ideia de quanto se tratava, mas que não errou, pois afinal, contas feitas se tratam de noventa e quatro mil. Continuou dizendo que a Câmara nunca pagou à empresa que lá esteve, mas que o que se passava é a Câmara deixava era de receber o dinheiro que a empresa recebia. Disse ainda que o modelo que estava instituído, e pelo qual também se responsabiliza pois na altura também fazia parte do executivo, era que a empresa recebia todas as receitas e a Câmara suportava todas as despesas, excetuando alguns monitores. O que foi feito, foi acabar com esta situação e todas as receitas que ali são cobradas agora, são receitas do município e todas as despesas que ali são feitas são suportadas pelo município. Terminou dizendo que o que está aqui em causa não é o que foi pago, mas sim o que se deixou de receber, dizendo ser deste diferencial que fala. Disse ainda que neste momento as piscinas estão a necessitar de uma reparação substancial, porque o projeto foi mal concebido e não há ventilação na casa das máquinas pelo que tudo o que lá está, está oxidado por causa da condensação, o que representa um grande investimento na reparação de muitas coisas que lá estão.-----

-----Referindo-se depois ao Conselho Municipal de Segurança, disse que esta comissão funciona mal porque se trata de um organismo composto por muitas entidades, dizendo que o seu efeito produtivo é muito curto, reconhecendo no entanto que é importante que ela exista. Fez depois menção ao facto de se ter investido bastante na conceção e elaboração de um Regulamento Municipal de Emergência, pelo que se houver uma catástrofe, existe um instrumento de trabalho que aponta para determinadas soluções. -----

-----Quanto ao Prémio Dr. Oliveira Perpétua disse que este foi um dos assuntos que esteve em cima da mesa na última reunião de Câmara, mas que um regulamento que prevê a atribuição de medalhas, louvores e afins tem que ser devidamente estruturado, havendo toda uma tramitação que tem de ser seguida, até o mesmo entrar em vigor. Continuou dizendo que esta situação está a ser analisada, sendo o senhor Presidente da Assembleia Municipal uma das pessoas bastante interessadas neste processo, e tendo este assunto que ser objeto de um regulamento para os vários galardões que a Câmara possa vir a atribuir.-----

-----A **Artur Vieira**, disse que este tem razão quando diz que milhares de litros de água se perdem em Mira de Aire, pois o volume de perdas água em Mira de Aire é bastante elevado, tendo-se descoberto ultimamente várias ruturas que estariam lá há anos e que não eram detetáveis e que o foram por mera casualidade, nomeadamente agora aquando da construção da rede de saneamento. Disse ainda que foram detetadas várias escorrências na gruta, que foram identificadas como sendo da rede pública dada a presença de cloro nas análises de que foram alvo. Disse ainda que irá haver uma equipa a trabalhar no local, à semelhança do que aconteceu com o Alqueidão da Serra, com um equipamento que permite selecionar a área onde essa rutura existe, permitindo depois a sua deteção. -----

-----Respondendo depois a **Carlos Venda**, disse que não há ninguém mais interessado que o CASSAC avance do que a Câmara ou que ele próprio enquanto Presidente da Câmara, até pelo facto de tal ter feito parte do seu programa eleitoral. Continuou fazendo menção ao facto de o concelho estar de tal forma limitado

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em termos de ICNB – PNSAC – que não há forma de resolver o que quer que seja. Continuou dizendo que se continua a trabalhar nisso, dizendo que hoje mesmo marcou uma reunião com o Secretário de Estado tendo convidado os seus congéneres de Alcanena, Rio Maior, Santarém e Alcobaça para o acompanharem, para se discutir o Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, pois da forma como ele está hoje, significa a asfixia total da evolução do concelho de Porto de Mós nos próximos dez anos. Disse ainda que este plano foi buscar os aglomerados urbanos do PDM de 1994, com todos os erros que ele já tem, tendo mantido os perímetros urbanos de 1994. Disse depois que se está a falar de um Plano de Ordenamento que não prevê ampliações do tecido urbano de um concelho no prazo de 27 anos. Continuou dizendo que o Plano está ferido de nulidade por duas ordens de razões: 1º- houve várias reuniões com o PNSAC, ainda durante o anterior mandato para se definirem os perímetros, referindo que ficaram definidos e tendo o Parque pura e simplesmente ignorado esse trabalho, não tendo este em conta os últimos elementos disponíveis, que diz ser causa de nulidade; 2º - o Plano de Ordenamento do Parque é nulo também pelo facto de eles não terem publicado um documento cuja estrutura base havia sido colocada em discussão pública, tendo alterado completamente o documento que tinha estado em discussão pública, o que não podem fazer, pois esse documento apenas pode ser alterado na sequência do inquérito público, através das sugestões que vierem a ser dados pelas pessoas interessadas. Concluiu dizendo esperar que o atual Secretário de Estado tenha outra postura e que tenha coragem de alterar este Plano, ouvindo as Câmaras da área do Parque, porque senão avançar-se-á com o pedido de anulação deste documento.-----

-----Respondendo depois a **Rui Marto**, quanto ao IC2 e IC9 disse conhecer a situação que referiu, por já ter estado no local, e que já marcou uma reunião com um dos responsáveis da empresa para se analisar a situação que diz respeito à drenagem das águas pluviais, nesse local e noutros. Concordou ainda com este interveniente quando ele referiu as dificuldades que o ano de 2012 iria trazer, dizendo que as mesmas já se fazem sentir neste momento, dizendo que o grau de seletividade quanto às opções terá que se acentuar relativamente às obras que se pretendem executar.-----

-----Continuou depois dizendo que a água de Alqueidão da Serra está finalmente em concurso público, tendo sido aprovado em reunião de Câmara. -----

-----A **António Pires** respondeu que a execução destas obras tem sempre uma incidência negativa em vários aspetos, nomeadamente nos caminhos rurais e estradas municipais, estando consciente que não obstante toda a pressão feita e a fazer sobre o consórcio, se sabe que ficará algum prejuízo sobrance para as autarquias – Câmara e Freguesias – sendo no entanto certo que a mais valia existe e que é a nova via de comunicação. -----

-----Quanto à água dos Mendigos, disse haver duas situações distintas: uma que deriva da alteração à conduta por causa das obras do IC9, outra questão é a alternativa em termos de abastecimento de água, ou seja, a água dos Mendigos estava dependente do sistema de água da Batalha e com o prolongamento que foi feito, conseguiu-se que aquele lugar fosse abastecido através do sistema de Porto de Mós.-----

-----A propósito de este interveniente ter dito que desde janeiro que não se têm tapado buracos, disse que não o querendo desmentir, acha que tal não é verdade, dizendo que neste momento se estão a gastar 30 a 40 toneladas de massas asfálticas por dia com tapa buracos, apelando a que os senhores Presidentes de Junta informem dessas situações.-----

-----Quanto à situação do hotel disse que a Câmara acionou junto do Banco Espírito Santo a garantia bancária – 250 mil euros – estando a acompanhar esta situação uma advogada especializada nesta matéria, para que não haja surpresas.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quanto ao assunto da VDG1, disse que neste momento a Câmara não dispõe cem mil euros para reparar o que foi feito porque existem outros assuntos prioritários. -----

-----No que se refere ao relatório da IGAL, respondendo a **Luis Monteiro** disse não saber ao que este se referia, porque o relatório que foi distribuído é cópia integral do original que exibiu. Disse ainda que as remissões neste relatório, são feitas para o relatório inicial. Passou depois a fazer uma resenha das conclusões que o mesmo contém, dizendo que de todo o relatório com centenas de páginas ficaram quatro situações de irregularidades que a IGAL entendeu que podem ser objeto de alguma responsabilização financeira, esperando que as mesmas venham a ser arquivadas. -----

-----**Carlos Venda** pediu a palavra, para responder ao senhor Presidente da Câmara, passando a dizer que quanto ao CASSAC se está no zero e que para se andar para a frente se tem de perceber os erros cometidos. Disse ainda que em 2006, o ICN sem condicionante nenhuma aprovou o projeto e em 2009 a Câmara aprovou as especialidades referindo que no novo Plano de Ordenamento do PNSAC este assunto tinha que ter ficado acautelado.-----

-----**Luis Monteiro** pediu também a palavra dizendo que o relatório é expresso e claro e fala "nas páginas 15 a 17 do Relatório" sendo que elas não existem aqui. Disse não saber se o mesmo está incompleto ou não mas que a verdade é que não existem aqui e que é nas pessoas que se indiciam ou investigam as infrações e não irregularidades como lhe chama o senhor Presidente. Continuou dizendo que o anterior relatório que aqui veio, referente ao mandato do Dr. José Ferreira, era muito mais completo e vinha com os nomes todos expressos e aqui remete-se para umas páginas que não estão aqui, sendo essa a razão porque alerta, porque convém para o apuramento de infrações ou não dizendo-lhe o senhor Presidente da Assembleia que este teria oportunidade de investigar esse assunto ao que aquele referiu que ele próprio e toda a Assembleia como ocorreu no outro.-----

-----O senhor Presidente da Câmara, usando da palavra respondeu a **Luis Monteiro** dizendo que tem na sua mão o relatório completo que lhe foi enviado pela IGAL e que as cópias que foram distribuídas aos deputados são cópias fieis deste relatório, que disponibiliza desde já para que se possa confrontar com as cópias distribuídas. Acrescentou ainda que nem sequer era obrigado a dar conhecimento deste aos deputados, mas apenas ao Presidente da Assembleia e que apenas o fez por uma questão de transparência perguntando ao deputado se este põe em causa um documento enviado pela IGAL.-----

-----A **Carlos Venda** disse que concorda com tudo o que este disse, perguntando-se como é que é possível a situação do CASSAC não ter ficado acautelada, dizendo que é por isso que está a lutar e que é o primeiro a dar a cara, não tendo sido por acaso que pediu a reunião acima referida pois não aceita aquele Plano tal como ele esta. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia referiu que no decorrer deste ponto que agora termina, chegou à mesa uma moção dos Antigos Alunos e Professores do Colégio de Porto de Mós, da qual é também subscritor, e que já acima se transcreveu, colocando-a agora a votação. Esclareceu também que o prémio será concedido a alunos com nota superior a 18 valores e que para os que tiverem entre 18 e 20 valores o que tiver a nota mais elevada receberá um prémio de 500 euros. Em caso de haver mais do que um, o prémio é dividido pelos que estiverem empatados. Disse ainda que isto corresponderia à dispensa por parte do Município de uma verba de 2 000 euros anuais e respetivos diplomas. Continuou dizendo que esta moção está assinada por doze deputados e se ninguém se quiser pronunciar sobre ela, passar-se-á imediatamente à votação. -----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Pedi a palavra dizendo que queria apenas dar uma achega e dizendo que o investimento que Porto de Mos possa fazer na educação é um investimento a longo prazo, devendo esta iniciativa ser entendida não como uma despesa mas sim como um incentivo e um investimento para a educação no concelho.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi a moção posta a votação tendo sido **aprovada por maioria, com quatro abstenções**, sendo enviada oportunamente à Câmara.-----

-----PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----**António Ribeiro Amado:**-----

-----Congratulou-se por estar novamente neste espaço revendo velhos amigos, saudando esta Assembleia Municipal.-----

-----**Avelino Vitoria Gomes:**-----

-----Disse que tinha lido no Portomosense que tinha sido concedido uma licença de ruído especial, ao bar que está no Parque Verde, manifestando espanto e pedindo para ser esclarecido.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que é com enorme prazer que revê aqui o senhor António Ribeiro Amado, homem que foi um ilustre deputado desta casa, durante muitos anos com o qual teve o privilégio de partilhar grandes momentos políticos em prol do desenvolvimento do concelho, pelo qual sempre pugnou.-----

-----A **Avelino Vitoria Gomes** esclareceu que foi concedida uma licença especial para que aquele estabelecimento leve a efeito um espetáculo de musica ao vivo às sextas-feiras à noite.-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----1. **Divisão Administrativa do Concelho de Porto de Mós. Debate.**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse que gostaria de esclarecer sobre o porquê do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, dizendo que todos têm acompanhado o que se tem passado no nosso país nos últimos tempos e que o acordo formalizado entre os três maiores partidos políticos e a troika prevê uma reorganização do mapa administrativo do nosso país. Posteriormente o Governo tem vindo a dar algumas informações do que pretende e o que tem saído, é que ainda antes das próximas eleições autárquicas essa reforma administrativa irá ter lugar. Disse ainda que estando atento ao que se passa no concelho, tem estado à espera que alguém inicie este debate no concelho, mas tirando o artigo que António Ribeiro Amado publicou n' O Portomosense, não viu mais nenhuma intervenção publica quanto a este aspeto. Continuou dizendo que achou que seria interessante introduzir aqui este tema, não para fazer qualquer proposta concreta, mas sim para convidar os presentes, na qualidade de representantes do povo deste concelho, num ambiente de elevação e democraticidade se comesçasse a abordar esse tema pois este é o momento em que está tudo em aberto. Disse ainda, que recebeu hoje, via e-mail, enviado pela Câmara Municipal, uma comunicação do senhor deputado na Assembleia da Republica, eleito pelo PSD, pelo distrito de Leiria, Paulo Batista dos Santos que mandou uma projeção sobre a reforma que terá lugar neste distrito, contendo já a projeção do que acontecerá em Porto de Mós. Disse depois que o senhor deputado, na projeção da reforma da administração local que fez, em relação ao concelho de Porto de Mós, considera que apenas duas freguesias não cumprem com as condições que seriam aquelas que a administração central considera mínimas para ser freguesia, e que são Alcaria e Alvados, propondo ainda a fusão de São João Batista e São Pedro.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara usando da palavra disse que este assunto que o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu hoje já aqui esteve há cerca de vinte anos, e que foi uma situação muito complicada para quem esteve presente, dizendo que se perdeu na altura a possibilidade de resolver logo o problema das freguesias de São João Batista e São Pedro. Continuou dizendo que o documento a que o senhor Presidente da Assembleia se referiu é o Livro Verde da Reforma da Administração Local e como se refere no seu preambulo, é um ponto de partida para um debate que terá que estar concluído no final do 1º semestre de 2012. Concretamente, no que diz respeito a Porto de Mós, o que está em causa é a fusão das freguesias de São João Batista e São Pedro e também a questão das freguesias de Alcaria e de Alvados.-----

-----**António José Meneses Teixeira (PS):**-----

-----Usando da palavra, disse que mais uma vez o senhor Presidente da Assembleia Municipal foi pertinente colocando em debate este tema. Por outro lado, disse, o território nacional, mais ou menos desde o Tratado das Alcáçovas, no século XIII não sofre grandes alterações em termos de fronteiras nacionais, regionais e de concelho. Disse ainda que o concelho de Porto de Mós teve mais uma ebulição no seu ordenamento do território a partir da monarquia liberal, depois em 1922 ficou o concelho configurado com as treze freguesias como se mantém ainda hoje. Referiu ainda que a freguesia de Minde já foi, até 1897, do concelho de Porto de Mós, para dizer que isto tem tido oscilações políticas e económicas ao longo do chamado tempo histórico.-----

-----Disse depois que o trabalho que se pode aqui hoje fazer é um trabalho de abrir o apetite para um debate maior que deve ser feito, apelando aos senhores Presidentes da Câmara e da Assembleia e ainda das Juntas de Freguesia, para que se faça pelo menos um debate alargado em cada freguesia para auscultar a população.-----

-----Referiu depois que mais uma vez a administração central não tem em conta algumas nuances, dizendo que o que temos aqui mais uma vez é uma divisão traçada a régua e esquadro, não tendo em conta uma série de nuances importantes a nível da territorialidade do concelho, sendo por isso muito importante esse tal debate alargado às populações. Quanto à proposta que está em cima da mesa, disse que não lhe repugna a fusão das duas freguesias da vila. Quanto a Alcaria e Alvados, disse achar que existem outras freguesias que também não cumprem os critérios e rácios. Disse ainda pensar que, a divisão futura, não só do concelho de Porto de Mós, mas também a nível nacional, deve ter em conta interfaces sociais e económicos, no sentido de facilitar as sinergias, não só políticas, mas sociais, económicas e também educacionais.-----

-----**Rui Fernando Correia Marto (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS):**-----

-----Disse que no documento distribuído se faz uma análise do distrito em termos das freguesias e muito pouco relativamente a outras situações. Disse ainda que reduzindo o número de vereadores, conforme está definido no Livro Verde, cada vez a representatividade das várias franjas fica posta em causa, nos órgãos municipais. -----

-----Disse ainda achar que deveria ser distribuído, tanto quanto possível esta documentação e outra que vier a haver e fosse promovido, freguesia a freguesia, o debate.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Disse que há alguns anos ele próprio e outras pessoas deram a cara pela unificação das freguesias de São Pedro e São João Batista e 25 anos mais tarde vieram reconhecer-lhes alguma razão. Referiu-se depois ao facto de o agendamento deste assunto ter coincidido com o envio por parte do senhor deputado Paulo Batista do documento que está agora a ser objeto de análise.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Continuou dizendo que este é um assunto que deve ser discutido construtivamente, sugerindo que no site da Câmara se disponibilize este documento na íntegra e arranjar um espaço onde o munícipe pudesse dar sugestões possibilitando a interação com os munícipes.

António Pereira Carvalho (PS):

Usando da palavra perguntou se alguém conhecia os parâmetros que irão condicionar a existência ou não das freguesias. Disse ainda que olhando para o mapa distribuído lhe diz que o fator população não é decisivo, dizendo aguardar o desenvolvimento das situações.

O senhor Presidente da Câmara disse que Porto de Mós deverá, em princípio, ter menos três freguesias. A **António Carvalho** disse que há outros parâmetros que também influenciam sendo por exemplo a distância à sede do concelho, a área da freguesia e o número de habitantes.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse ainda que se tem que chamar a população a participar e aprendendo com as experiências do passado sermos todos responsáveis para que esse debate decorra sempre com elevação.

2. Voto de louvor/vencedores de provas distritais em futebol na época 2010/2011;

O senhor Presidente da Assembleia referiu que se trata de uma proposta apresentada na Câmara Municipal pelos vereadores eleitos pelo PSD, passando a ler a mesma que a seguir se transcreve:

Voto de louvor/vencedores de provas distritais em futebol na época 2010/2011

“Tendo em consideração a importância do reconhecimento do mérito de instituições ou pessoas, na sociedade atual nas mais variadas áreas;

Reconhecer o mérito implica distinguir os melhores, os que mais se destacaram e maior contributo deram à nossa comunidade, constituindo um exemplo a seguir que galvanize e motive todos os outros;

Sendo uma das obrigações de qualquer Município valorizar e prestigiar as entidades e pessoas que mais se destacam na sua comunidade;

Tendo em consideração o empenho, esforço e dedicação colocado ao serviço da promoção das boas práticas desportivas;

Tendo em consideração a importância destes feitos na promoção e valorização do concelho;

Propomos um Voto de Louvor público com entrega de diploma na próxima Assembleia Municipal, aos Clubes abaixo indicados pelos seguintes feitos, na época desportiva de 2010/2011, na modalidade de Futebol:

Associação Desportiva Portomosense – Vencedor da Taça Distrito de Leiria – Seniores Masculinos – Futebol de 11

Associação Desportiva Portomosense – Vencedor Torneio de Encerramento – Infantis – Sub - 13 – Futebol de 7

Centro Cultural Recreio D. Fuas – Vencedor Campeonato Distrital 2ª Divisão – Seniores Masculinos – Futsal

Grupo Recreativo Serro Ventoso – Vencedor Torneio de Encerramento – Infantis Masculinos – Futsal”

O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que iria mais longe propondo à Assembleia que corroborasse esta proposta apresentada pela Câmara.

Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso-PSD) pediu a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

palavra para dizer que concorda com a proposta apresentada pelo senhor Presidente da Assembleia, reforçando-se assim ainda mais a proposta aprovada pela Câmara Municipal, aproveitando o ensejo para felicitar os homenageados.-----

-----**António Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Manifestou o seu contentamento por existir esse reconhecimento relativamente a pessoas que dia a dia, por vezes durante décadas tanto se esforcem a favor de uma comunidade.-----

-----Seguidamente o senhor Presidente colocou a votação a supramencionada proposta, ficando assim a Assembleia associada à atribuição desses votos de louvor, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra dizendo que quando a proposta foi apresentada em reunião de Câmara em 07.07.2011 todo o executivo se associou a ela subscrevendo-a, tendo ainda estendido a atribuição de um voto de louvor também ao *Núcleo de Árbitros de Porto de Mós, pela vitória na final Four em Viana do Castelo em Futsal.*-----

-----Posto isto, passou a fazer-se a entrega dos diplomas aos homenageados.-----

-----**3. Fixação da taxa da derrama:**-----

-----O senhor Vice-Presidente da Câmara usando da palavra passou a dizer que o executivo entendeu manter a mesma taxa de derrama que está atualmente em vigor, com os fundamentos que constam da proposta que foi aprovada em reunião de Câmara de 13.09.2011 que abaixo ser transcreve:-----

PROPOSTA

----- *Nos termos do artigo 14º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais), e da alínea f) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC).*-----

-----Deste modo:-----

-----1. Considerando que este Executivo Municipal está a realizar investimentos avultados em infraestruturas básicas em várias áreas, tais como, saneamento, águas e ampliação de parque Industrial;-----

-----2. Considerando que estes investimentos se inserem num plano mais vasto de investimentos em curso com vista à criação de condições para o desenvolvimento económico e social do concelho;-----

-----3. Considerando que os recursos financeiros disponíveis revelam uma tendência de descida, situação que acentua as dificuldades, atuais e futuras, e pode pôr em causa a adequada resposta aos anseios e necessidades da população do Concelho;-----

4. Considerando que a taxa da Derrama incide apenas sobre os lucros das pessoas coletivas;-----

-----**Proponho:**-----

-----a) Que seja deliberado na próxima reunião de Câmara manter a taxa da derrama Municipal no valor de 1,4%, a cobrar em 2012, com referência ao ano de tributação 2011;-----b)

-----Que tal deliberação seja proposta à próxima Assembleia Municipal a realizar no próximo dia 30 de setembro de 2011.-----

-----Porto de Mós, 06 de setembro de 2011. (O Presidente da Câmara, João Salgueiro)-----

-----Terminou, apelando à votação favorável por parte dos deputados, da proposta apresentada.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**António**

Pereira Carvalho (PS):-----

-----Usando da palavra disse que este é um imposto que incide sobre o lucro tributável, dizendo que lhe parece ser uma taxa equilibrada. Concluiu dizendo que o que interessa fundamentalmente é gerar receitas e o que todos devem exigir é a boa aplicação dos recursos existentes pelo que irá votar favoravelmente.-----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse querer declarar que votará contra a proposta da manutenção da derrama na mesma linha em que os vereadores da oposição também votaram contra esta proposta. Disse depois que numa época em que as empresas desesperam para conseguir sobreviver, vê o município aplicar-lhes mais este encargo financeiro. O município devia estar preocupado sim, em que as empresas mantenham os postos de trabalho. Referiu o exemplo da Batalha, dizendo ser bom olhar também para o que os vizinhos fazem, que aplica uma taxa de 1,20 para determinadas situações e para empresas mais pequenas, aplica uma taxa de 0,95. Disse ainda que só cinco municípios do distrito aplicam mais que Porto de Mós: Castanheira de Pera, Leiria, Marinha Grande, Pedrogão Grande e Pombal. Destes, Leiria, Marinha Grande e Pedrogão Grande, aplicam taxas reduzidas e algumas aplicam o regime de isenções quando o volume de negócios não ultrapasse determinados montantes. Concluindo, disse, Porto de Mós é a seguir a Castanheira de Pera o município que mais sobrecarrega as suas empresas. Disse depois que obviamente o município precisa de verbas, mas que talvez fosse melhor poupar, por exemplo nas festas ruidosas que se realizam na vila e que sendo à noite, pouco benefício daí retiram os comerciantes, perguntando quantas refeições são servidas durante esse período e que mais valias daí resultam para a atividade económica. Disse ainda que há investimentos que são de repensar porque primeiro estão as pessoas, perguntado se já se deram conta do estado de abandono a que está votada a Casa da Cultura de Mira de Aire. Disse ainda que não se pode continuar a pedir sacrifícios às empresas para sustentar estes erros.-----

-----Por fim, disse que para fundamentar o que disse, iria apresentar na mesa a tabela das derramas aplicadas em 2010 em todos os concelhos do distrito, verificando-se que é possível isentar, é possível diminuir, achando que deveria haver um sinal da Câmara Municipal às empresas no sentido de aliviar as que menos podem contribuir.-----

-----Usando depois da palavra, o senhor Presidente da Câmara passou a responder a **Ana Narciso** dizendo que esta teria que tirar *as pedras do sapato*. Relativamente à Casa da Cultura de Mira de Aire disse que este executivo teve a coragem de avançar com aquela obra que está concluída e que tem contribuído para o desenvolvimento cultural do concelho. Disse ainda quanto às festas que a anterior interveniente se referiu, que são feitas com poucos recursos e basicamente com a prata da casa, dando o exemplo concreto da passagem de modelos que aconteceu no Parque Verde e no Castelo, em que se procuraram valorizar os comerciantes de Porto de Mós e a economia local.-----

-----Seguidamente usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara, sugerindo à deputada Ana Narciso que fizesse uma reflexão e que organizasse ideias, dizendo não saber se esta fica a favor ou contra as empresas. Referiu que a licença de ruído que a Câmara passou à empresa que se situa no Parque verde, está a ajudá-la a dinamizar e a dar vida àquele espaço. -----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD)**, fez um ponto de ordem à mesa, dizendo que o senhor Presidente da Assembleia já pediu aqui elevação por parte dos deputados, dizendo que esta deve ser extensiva ao executivo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Não havendo mais intervenções, foi este ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com um voto contra, oito abstenções e vinte votos a favor.**-----

-----**Ana Narciso** pediu a palavra para fazer uma declaração de voto, dizendo que as considerações aqui apresentadas são contraditórias e que as empresas, como as famílias não suportam mais aumentos de impostos ou a manutenção de alguns, numa altura em muitas empresas do concelho fecham as portas e outras estão nessa eminência. Num dos períodos mais difíceis em termos económicos e sociais dos últimos 50 anos, disse que era fundamental que a Câmara Municipal desse um sinal de promoção e fosse solidária com as empresas que ainda conseguem resistir. Disse ainda que esta foi a declaração de voto dos vereadores do PSD, que aqui subscreve.-----

4. Fixação das taxas do imposto municipal sobre prédios urbanos;

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que também agora se podem comparar municípios, dizendo que a taxa de IMI é a mais baixa do País e da região centro, dizendo que o executivo fez questão de a manter por uma questão de equidade dado que aqui, sim, as pessoas tendo ou não tendo emprego, terão que a pagar.-----

-----Passou depois a usar da palavra o senhor Vice-Presidente, explicitando a proposta que foi aprovada em reunião de Câmara de 13.09.2011, e que a seguir se transcreve:-----

PROPOSTA

□
----- "Nos termos do n.º 13 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI), a Câmara Municipal tem que comunicar até 30 de novembro, à Direção – Geral dos Impostos, a deliberação da Assembleia Municipal sobre a fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para vigorar para o ano 2012. Também nos termos do referido Código procedemos a uma análise detalhada sobre as taxas do IMI em vigor no Município, bem como a situação financeira da Câmara Municipal, visando o equilíbrio e consolidação das contas e o desenvolvimento sustentado do Concelho.-----

-----Assim:-----

-----a) – Considerando que se regista uma quebra acentuada na atividade económica do Concelho, devido aos efeitos da recessão económica que atravessamos;-----

-----b) – Considerando que os impactos negativos dessa realidade afetam a economia do Município e as receitas das famílias, nomeadamente as mais carenciadas;-----

-----c) – Considerando que o Município de Porto de Mós tem em vigor as taxas do IMI mais baixas dos municípios a nível distrital;-----

-----d) – Considerando que o contexto económico atual recomenda a não subida de impostos;-----

-----Proponho:-----

-----Que o executivo Municipal, em conformidade com o n.º 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis, aprove a manutenção das taxas em vigor, para os prédios indicados, e proponha à próxima Assembleia Municipal:-----

-----1- Que aprove a taxa de 0,7% para os prédios urbanos não avaliados;-----

-----2- Que aprove a taxa de 0,2% para prédios urbanos já avaliados nos termos do Código.-----

-----Porto de Mós, 06 de setembro de 2011. (O Presidente da Câmara, João Salgueiro)-----

-----**António José Meneses Teixeira (PS):**-----

-----Congratulou-se com o facto de este imposto não aumentar, afirmando que a política deste executivo não é cega e que tem em vista as pessoas. Disse ainda que corroborava as palavras do senhor Presidente da Câmara, quando diz que este imposto é para todos e com ou sem emprego todos têm que pagar, ao contrário do que se passa no ponto anterior, pois ali apenas as empresas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que têm lucro serão tributadas com a derrama, parabenizando o executivo por esta bandeira social. Disse ainda que queria também dar os parabéns à senhora deputada Ana Narciso em relação à cultura, porque o seu partido relativizou a cultura neste país, pois nem sequer tem direito a assento no Conselho de Ministros.

-----**António Rogério de Oliveira Vieira (PSD – Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras):**-----

-----Usando da palavra, disse que queria pedir um esclarecimento pois ainda não recebeu o IML, perguntando se a Câmara tem forma de saber o que se passa, apesar de não ser um assunto da sua responsabilidade.

-----**António Pereira Carvalho (PS):**-----

-----Disse quanto ao IML, que se preocupa principalmente com a taxa de 0,2%, aplicada sobre os bens já reavaliados, sendo essa que é determinante, pois a outra incide sobre valores irrisórios. Assim, disse que concorda com a manutenção das taxas em vigor pelo que votará favoravelmente esta proposta.

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse que quando as coisas estão bem votará a favor, mas ainda assim disse ter dúvidas que a taxa de 0,7% para os prédios não avaliados seja o valor mínimo, tendo o senhor Vice-Presidente dito que não era de facto o valor mínimo. Assim continuou a senhora deputada dizendo que ainda se pode baixar mais e referindo que não consegue perceber como não se altera este valor, que pode ser menos. De qualquer maneira, 0,2% não pode descer mais, pelo que votará a favor.

-----O senhor Vice-Presidente usou seguidamente da palavra para agradecer às pessoas que se congratularam pela manutenção das taxas e pelas referências que fizeram à preocupação do executivo em as manter.

-----A **Ana Narciso**, disse que há dois anos atrás a taxa para prédios não avaliados era de 0,8, tendo baixado para 0,7 na sequência de um despacho governamental, e pode ser menos. Disse ainda que o peso destes 0,7, porque incide sobre um valor patrimonial, é irrisório.

-----Não havendo mais intervenções foi o presente ponto da Ordem de Trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por **unanimidade**.

-----**5. Eleição de uma Junta de Freguesia para representante no Conselho Estratégico do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros:**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a referir que iria decorrer a eleição de uma Junta de Freguesia para representante no Conselho Estratégico do Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiro, estando disponíveis boletins de voto com o nome de todas as Juntas de Freguesia para que cada deputado possa votar.

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):** pediu a palavra para dizer que, embora não haja aqui um entendimento entre todas as bancadas, pretendia apresentar uma lista que tem o apoio de vários deputados da bancada do PS e do deputado independente, propondo como candidato a este lugar o Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, Carlos Venda.

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que apesar de todos esses consensos, a votação seria sempre anónima, individual e confidencial. António Pires, continuou dizendo, que havendo uma lista na mesa, esta teria que ser votada.

-----O senhor Presidente da Assembleia continuou dizendo que usarão da palavra os deputados que se inscreverem, que poderão fazer as suas propostas à Assembleia da forma que entenderem.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**António José Meneses Teixeira (PS)**: Usando da palavra disse querer perguntar a António Pires se a proposta que fez é meramente política ou se também é técnica, dado que se trata de uma zona muito sensível, dizendo ser para si importante perceber porque é que se escolhe Serro Ventoso e não Mira de Aire ou outra freguesia da área do Parque Natural.-----

-----**Rui Fernando Correia Marto (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra - PS)**:-----

-----Disse que pediu a palavra para fazer um esclarecimento relativamente à proposta apresentada por António Pires, dizendo que o apoio que deu àquela proposta foi apenas em seu nome pessoal não estando a representar de forma nenhuma os deputados do PS. Disse ainda que acha que não faz sentido haver freguesias que não estão inseridas na área do Parque a entrar nesta lista. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia referiu que esta pode eleger qualquer freguesia, porque senão teria sido dito que seriam apenas as freguesias que faziam parte do PNSAC.-----

-----Passou depois a ler a proposta que foi apresentada à mesa por António Pires, e que a seguir se transcreve:-----

-----"Vimos por este meio apresentar a candidatura do senhor Carlos Manuel Neto Venda em representação da freguesia de Serro Ventoso, à eleição de uma Junta de Freguesia para representação do Conselho Estratégico do Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros"-----

-----Continuou, depois dizendo que o entendimento do Presidente da Assembleia Municipal é que esta votação deve ser nominal e secreta, dizendo que encara esta proposta como um apelo feito pelo deputado António Pires a que votem no deputado Carlos Venda.-----

-----**António Pires** usando da palavra, disse que o que está em causa é que se pode votar a lista proposta pelos deputados ou votar nominalmente como o senhor Presidente propõe. -----

-----O senhor Presidente continuou dizendo que os deputados que quiserem votar o conteúdo desta lista o poderão fazer, afirmando que apenas se fará uma votação.-----

-----Distribuídos os boletins de voto o senhor Presidente procedeu à chamada dos deputados a fim de depositarem o voto na urna respetiva.-----

-----Feito que foi o escrutínio, obtiveram-se os seguintes resultados: Junta de Freguesia de Serro Ventoso: dezasseis (16) votos; Junta de Freguesia de Mira de Aire: sete (7) votos; Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra: quatro (4) votos; Junta de Freguesia de Calvaria de Cima: um (1) voto; Junta de Freguesia de Mendiga: um (1) voto, pelo que **ficou eleito o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, Carlos Manuel Neto Venda para representante no Conselho Estratégico do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.** -----

-----Pediu ainda a palavra Carlos Venda para dizer que quer comprometer-se perante esta Assembleia de que irá dar conta aqui do que se tiver passado ao nível do Conselho para o qual foi eleito, comprometendo-se ainda em falar previamente com os restantes Presidentes de Junta da área do PNSAC, por forma a auscultar as suas preocupações e a transmiti-las àquele órgão.-----

-----**6. PROC.N.º 182/2008- REQUERENTE – S.A.GASPAR, Lda., requer na qualidade de explorador da pedra denominada "Pia do Além", sita no lugar de Espinheiro, Freguesia de São Bento, a emissão de declaração de Interesse Público Municipal, para integrar o E.I.A., elaborado no âmbito do licenciamento da ampliação da respetiva pedra:**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse, que sem querer condicionar a discussão, apenas queria lembrar que ficou bem claro na última sessão desta Assembleia que o executivo municipal não devia simplesmente lavar as mãos e submeter o assunto à aprovação da Assembleia Municipal, reforçando, que salvo melhor opinião, o executivo municipal tem de se pronunciar sobre isto, não devendo deixar o ónus apenas sobre a Assembleia Municipal.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD):

Usando da palavra disse que gostaria de chamar a atenção para as considerações pertinentes que constam da informação elaborada pela Chefe de Divisão, arquiteta Ester Vieira, dizendo achar que a própria depois de analisar o processo terá colocado algumas reticências, remetendo o assunto para consideração superior. Continuou dizendo que da análise dos documentos resulta ainda que a sede social da empresa se localiza em Alcanede e portanto fora da área deste município perguntando quais as mais valias que isso poderá trazer ao concelho, fazendo ainda alusão à mão de obra que a mesma emprega e perguntando se os operários serão do concelho.

Referiu ainda, que da leitura dos documentos, ficou com a ideia de que não se trata aqui de uma ampliação de uma pedreira mas que se trata de uma pedreira nova, dizendo que gostaria de ser esclarecido acerca disso. Terminou dizendo que tem algumas reticências na aprovação deste pedido.

Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):

Interveio para dizer que quer ser coerente e que sempre votou este tipo de requerimentos favoravelmente, acrescentando que é o expediente que existe na lei para que uma exploração possa funcionar, pelo que a votará favoravelmente.

António José de Meneses Teixeira (PS):

Usando da palavra disse ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que este havia sido muito pertinente quando introduziu este assunto face ao que se passou na última sessão desta Assembleia Municipal. Disse ainda que se continua com o mesmo problema, e que corrobora o discurso de Carlos Vieira no que se refere à informação da Chefe de Divisão, pois apesar de ser geólogo de formação, não se considera tecnicamente esclarecido para votar este assunto.

António Manuel de Sousa Pires (PSD):

Interveio dizendo que na penúltima sessão desta Assembleia se esteve aqui com esta discussão e que havia dito que não votaria mais nenhuma vez favoravelmente uma situação destas, enquanto não visse da parte da Câmara um parecer, comprometendo-se, acrescentando ainda que os deputados querem saber qual a opinião que a Câmara tem acerca disso. Corroborou ainda a opinião do deputado Carlos Vieira, dizendo, que ficou com a ideia de que se trata de uma nova exploração. Assim, propôs ao senhor Presidente da Assembleia, que retirasse este assunto da ordem de trabalhos devendo a Câmara voltar a reavaliar o processo, voltando depois daquela ter emitido o seu parecer, esta Assembleia.

António Pereira Carvalho (PS):

Referiu que apenas queria dizer que concorda com o que foi dito por António Pires, dizendo não ter conhecimentos para avaliar esta situação.

Luis Manuel da Silva Cordeiro (IPSB – Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento):

Usando da palavra esclareceu que a pedreira está em terreno privado e que existe há cerca de 26/27 anos.

O senhor Presidente da Câmara passou depois a usar da palavra, referindo que pouco mais há a dizer, pois a Câmara não tem competência para deliberar sobre isto, sendo a lei muito clara. --

António Pires pediu novamente a palavra dizendo que antes de se passar à votação queria dizer que o executivo apesar de não ter que se pronunciar, deve dar a sua opinião à Assembleia Municipal sobre este assunto.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Assembleia passou depois a pôr a votação a proposta avançada por António Pires, perguntando à Assembleia se o assunto que constitui o ponto 6 da Ordem de Trabalhos deve ser hoje votado nesta Assembleia ou se deve ser devolvida à Câmara Municipal para que esta dê o seu parecer. -----

-----Contabilizados que foram os votos verificou-se que **votaram a favor da votação hoje do ponto 6 da ordem de trabalhos quatro (4) deputados, tendo-se absterido nove (9) e tendo votado contra dezasseis (16), pelo que o ponto 6 é retirado da ordem de trabalhos e reenviado novamente à Câmara.**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse ainda que, já que este assunto vai ser novamente objeto de análise, que se estude um problema legal e que é o seguinte: se é legítimo considerar de interesse municipal uma empresa que não paga impostos no nosso concelho.-----

-----**Pedro Lavado Gomes Vieira (PS)** pediu a palavra para fazer uma declaração de voto, dizendo que votou contra porque quer ser esclarecido, já que não possuiu conhecimentos nessa área.-----

-----7.

-----**Concessão da exploração do bar – “Docas 2” do Parque Verde da vila de Porto de Mós;**-----

-----Usou da palavra o senhor Vice-Presidente dizendo que este pedido de autorização à Assembleia se prende com a necessidade de dar toda a vida possível àquele espaço atraindo assim pessoas a Porto de Mós.-----

-----Referiu o facto de já ter vindo aqui anteriormente um pedido no mesmo sentido, tendo o espaço sido concessionado. Atendendo a que as coisas não correram bem para o concessionário este pediu a rescisão do contrato, razão pela qual se está novamente a pedir nova autorização para concessionar aquele espaço.-----

-----Esclareceu ainda que o espaço a ser cedido futuramente será diferente do inicial, comportando dois módulos de forma a ficar um espaço mais amplo, ficando o outro espaço mais pequeno sujeito a um estudo para determinar que tipo de estabelecimento lá se instalará.-----

-----Referiu ainda que foi fixada a renda de 250 euros mensais e quais os fundamentos para que fosse esse o valor estipulado, nomeadamente pelo facto de já haver ali outro estabelecimento instalado com clientela já fidelizada pelo que o risco do próximo concessionário será maior.-----

-----Luis

-----**Carlos Monteiro (PSD);**-----

-----Usando da palavra disse que, relativamente ao bar se constou, inclusivamente na comunicação social, que o anterior concessionário não tinha licenciamento, tendo sido objeto de várias coimas, tendo ainda constado que algumas dessas licenças seriam da responsabilidade da Câmara Municipal que não as emitiu atempadamente, passando a perguntar se isto é de facto verdade, dizendo ser uma situação grave, recomendando que isso não se volte a passar para que na próxima sessão não se esteja novamente a votar mais uma autorização de concessão.-----

-----**Rui Fernando Correia Marto (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS);**-----

-----Referiu que anteriormente veio aqui o pedido de autorização apenas para um dos módulos, dizendo que mantém o disse na altura, de que os valores continuam a ser muito baixos. Atendendo a que se vai transformar dois espaços em um, ficando o outro mais pequeno vazio, perguntou se não seria de se equacionar um projeto para o conjunto dos três.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD);**-----

-----Usou da palavra dizendo querer apenas dar uma achega ao que foi dito pelo anterior interveniente, referindo que se está ali com um conjunto de explorações que acabam por fazer

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concorrência uns aos outros, o que pode criar ali algum conflito de interesses, e que isso deveria ter sido previamente acautelado.

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que o comandante da GNR se veio justificar ao seu gabinete sobre o levantamento de nove coimas a um dos bares, tendo também sido levantadas algumas ao outro estabelecimento. O Posto mudou de comando e o novo comandante logo que aqui chegou, fiscalizou alguns cafés, entre os quais aquele. Disse ainda que as questões que estavam em incumprimento eram da responsabilidade do concessionário, nomeadamente o facto de não ter o autocolante de proibição de entrada de cães, de proibição de fumar, não tinha afixado o nome do explorador, e por aí adiante.

O senhor Vice-Presidente passou depois a esclarecer que houve a junção de duas frações, sendo para esta que se está a pedir autorização. Quanto à outra mais pequena não se propõe para já ser concessionada. Quanto ao projeto de viabilidade do negócio terá que ser a cargo de quem se quer instalar naquele espaço.

A **António Pires** disse que onde houver empresas há sempre conflito de interesses, sendo indispensável que as pessoas tenham competências e que as saibam utilizar sendo fundamental que se rentabilizem os investimentos.

Não havendo mais intervenções foi este ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo sido **aprovado por maioria, com um voto contra e uma abstenção**.

7. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro:

O senhor Presidente da Câmara passou depois a fazer referencia a algumas das obras que constam do documento que foi oportunamente distribuído por todos os deputados razão pela qual se escusou de fazer um relato exaustivo do mesmo mas realçando algumas das obras desenvolvidas no período que mediou entre esta e a anterior sessão da Assembleia Municipal.

Começou por dizer que neste período ocorreram as Festas de S. Pedro logo seguidas das férias do pessoal, o que condicionou a atividade municipal. Não obstante isto, disse, que as obras do IC2 e do IC9 se desenrolam a bom ritmo estando bastante adiantadas. Disse depois que foram concluídas em parceria com as Estradas de Portugal as obras da Ponte sobre Rio Alcaide.

Referiu-se depois à questão da iluminação pública, dizendo não ser possível suportar a situação por muito mais tempo do jeito que está, dizendo que, de sessenta mil euros em 2006 se passou para cento e tal mil euros em 2011. Reforçou que se trata de uma situação incomportável, havendo que racionalizar e eventualmente desligar algumas lâmpadas, pois o orçamento da Câmara não pode ser absorvido por este tipo de despesas. Disse ainda que a própria EDP está a levantar alguns problemas relativamente a alguns pontos de luz que foram colocados no concelho de Porto de Mós, nomeadamente em Serro Ventoso. Disse ainda que essa situação lhe foi reportada pela EDP, sendo uma situação ilegal, não cumprindo as normas que a lei exige, pelo que irá ser tudo desligado, por imposição da própria EDP, para além do custo de energia que isto representa.

Disse ainda que estão a decorrer as obras do Parque Industrial, vindo mais duas novas empresas ali se instalar.

Disse depois que o Centro Escolar de Pedreiras já foi adjudicado, esperando que a obra arranque logo em janeiro.

Fez depois menção aos eventos que têm vindo a ser organizados no âmbito da Ação Social, destacando a Semana Sénior que está a decorrer e o Dia do Idoso também a decorrer em parceria com as Juntas de Freguesia, fazendo ainda referencia ao Espaço Social e dizendo que os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

agregados familiares que dele precisam têm vindo a crescer cada vez mais.-----

-----Na área do desporto, salientou a realização das provas de BTT que ocorreram com grande cobertura televisiva.-----

-----Referiu depois que irá ter lugar um projeto muito interessante no âmbito da ASSIMAGRA que é uma grande mais valia para os exploradores de pedra do concelho. Existem zonas no âmbito do Plano de Ordenamento do Parque, que exigem planos de pormenor. Nem a Câmara e muito menos os particulares tinham condições para elaborar esses planos, sendo aquela associação em colaboração com a Câmara e com os exploradores que vai avançar com os planos de pormenor.--

-----O senhor Presidente da Câmara deu depois a palavra à senhora vereadora Rita Cerejo, que, relativamente ao Dia do Idoso disse querer fazer um agradecimento a todos os Presidentes de Junta, que sem exceção, aderiram à ideia de este ano alargar as comemorações a toda a comunidade e não só aos idosos institucionalizados.-----

-----**Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD)**-----

-----Referiu o ponto 3 do documento distribuído, que faz menção à reparação de ruas em Alqueidão da Serra e a extensão da rede de saneamento e abastecimento de água na Tojeira. Continuou dizendo que já esteve a falar com o Presidente da Junta e não conseguiram detetar esse arranjo de ruas nem esse alargamento do saneamento e abastecimento de água.-----

---Falou ainda sobre o problema da falta de médicos em Porto de Mós, dizendo que nunca será demais alertar as entidades para esse problema.-----

---Disse ainda, referindo-se à elaboração do próximo plano de atividades, que seria bom a Câmara cingir-se ao que é realmente necessário do que avançar para aquelas obras que todos gostam de ver mas que se tornam muito dispendiosas e difíceis de manter, atendendo à situação económica que o país está a atravessar.-----

-----**Ana**

-----**Maria Martins Narciso (PSD)**-----

Usando da palavra disse quer iria retomar a pergunta inicial, dizendo que ao longo da discussão percebeu porque é que ao Regulamento do Conselho de Segurança, não foi dado grande relevo, tendo percebido pelas palavras do senhor Presidente da Câmara que para este não era um órgão importante, tendo dito que o mesmo funcionava mal e que era difícil de organizar. Disse depois querer lembrar que este Conselho tem uma temática que deve preocupar todos, tendo em vista uma auscultação à comunidade sobre a criminalidade, sobre droga, toxicodependência, tendo imensa atualidade, reunindo um conjunto de pessoas e de cidadãos que merecem ser ouvidos nesta matéria, pelo que faz um apelo, para que este órgão reúna, que seja auscultado e que seja liderado, pois qualquer órgão precisa de liderança para ser viável a sua organização.-----

-----Disse depois que quando olha o Cine-Teatro, se lembra sempre de um grande homem que merecia ter ali o seu nome – João Marceneiro, pois foi o grande impulsionador da existência de cinema em Porto de Mós, há muitos anos, pelo que faria todo o sentido atribuir o nome de João Marceneiro àquele espaço.-----

-----Continuou dizendo que há outro agradecimento que gostaria de dar publicamente, e que tem a ver com um Seminário que houve em Oliveira de Azemeis e no qual teve oportunidade de participar tendo sido editado um livro no qual também participou – dizendo que iria oferecer este livro à Biblioteca Municipal – e que se chama “Problemas Sociais da Nova Emigração”. Disse ainda que este trabalho

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é uma coisa que foi interrompida, e que fez com a Dra. Irene a quem agradece publicamente pelo contributo que ela deu para que este seminário e esta edição fosse uma realidade. Disse ainda que seria interessante que esta terra olhasse para as comunidades diferentes que aqui estão e que convivem connosco todos os dias, realizando talvez uma pequena cerimónia no Dia das Comunidades.

Disse depois que gostou muito de ver hoje, no Portomosense, o anuncio dos resultados dos alunos portomosenses, dizendo ainda que também acharia muito interessante que esta Assembleia conhecesse quais os projetos educativos dos agrupamentos de escolas que existem neste concelho. Continuou dizendo que são documentos estratégicos, são documentos para o futuro e nós dever-se-ia saber o que é que os professores e a comunidade educativa, têm como plano estratégico para os próximos quatro anos.

No que se refere ao espetáculo que foi promovido no Parque Verde pela ACILIS, disse que também esteve presente e que acha que foi encontrada a chave que permita a todas as Associações do Concelho terem ali o seu palco para mostrarem à comunidade, aquilo que cada uma faz, convidando-as, em horas adequadas de forma a que o ruído não incomode sobremaneira os habitantes.

António José Meneses Teixeira (PS):

Começou por dizer que o panorama com que o senhor Presidente brindou esta Assembleia relativamente às obras pelo concelho fora, lhe parece bastante bem, esperando que o caminho não esteja armadilhado pelo senhor Ministro das Finanças nem pela troika.

Referiu-se depois ao ponto da informação distribuída, acerca do meio ambiente e natureza, quando se fala na fase da conclusão dos trabalhos da ecopista, antiga linha de caminho de ferro, dizendo ter ficado sem saber se existe ao longo daquela alguma legenda relativamente à história daquele caminho de ferro, tão importante para a região e para o país nos anos 30 e 40.

Disse ainda que também queria dizer à senhora vereadora Rita Cerejo, que se não soubesse que era licenciada em Direito, diria que era licenciada em Assistência Social, parabenizando-a pelas iniciativas levadas a cabo no âmbito social.

Continuou ainda dizendo que queria falar sobre as reuniões exploratórias quanto ao fim a destinar o antigo edifício do Posto de Turismo, pedindo uma explicação mais pormenorizada sobre esse assunto.

Referiu-se depois ainda à rubrica do documento supra citado, acerca da execução de pequenas obras de manutenção no Museu Municipal, pedindo ao senhor Presidente da Câmara, ao senhor vereador da Cultura e a todo o executivo, que o Museu Municipal de Porto de Mós não necessita deste tipo de obras mas sim de obras muito mais profundas. Continuou dizendo que o espólio que está dentro daquelas paredes é importante não só para o concelho mas também para o distrito e também para o país. Disse ainda que o concelho da Batalha, com menos de 90% do espólio que está no Museu de Porto de Mós fez um belíssimo museu. Terminou pedindo ao executivo que não deixasse que o espólio do concelho de Porto de Mós ficasse ainda mais degradado do que aquilo que está.

Referindo-se depois ao Roteiro Turístico que foi editado pela Câmara disse que o mesmo possui lacunas graves, não só a nível da sua conceção temática, como também o facto de a informação não ser traduzida nas línguas fundamentais, dado que para ser vendido numa feira internacional e/ou turística terá que ter outra dinâmica que não esta. Acrescentou ainda que deve ter sido bastante caro, atendendo-se à qualidade do papel e das fotos, razão pela qual se deveria

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ter feito um trabalho muito mais interessante e muito melhor.

Benvinda da Silva Cláudio Januário (Presidente da Junta de Freguesia de Alcaria – PSD):

Começou por referir-se à reforma administrativa das autarquias locais, dizendo que Alcaria não está adormecida relativamente à sua anexação seja onde for, acrescentando que já esta semana na Assembleia de Freguesia esse assunto foi debatido, havendo já algum trabalho feito e estando Alcaria a fazer um trabalho exaustivo, de forma a marcar a sua posição quanto a isso.

Aproveitando o ensejo disse que também queria dar os parabéns à senhora vereadora Rita Cerejo, dizendo achar que o dia de amanhã iria ser muito especial, referindo-se ao Dia do Idoso. Disse depois que queria agradecer ao executivo e chamar a atenção dos presentes para o que está a ser planeado para ser executado em Alcaria, e não só, agradecendo particularmente ao senhor Vereador Fernando Monteiro que tem vindo a promover esta ação de reflorestação que acontecerá no dia 22 de outubro.

Por último referiu ainda a realização da Amostra de Doces e Licores que terá lugar nos próximos dias 8 e 9 de outubro e que representam todo o concelho, estando 11 freguesias representadas, empenhadas em mostrar o que de melhor têm pedindo a comparência dos presentes.

Rui Fernando Correia Marto (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra-PS):

Referiu-se à reparação de ruas em Alqueidão da Serra e da ampliação da rede de saneamento e de abastecimento de água na Rua da Tojeira a que a informação distribuída faz alusão, dizendo que possivelmente estará em projeto e em andamento, mas no terreno não existe nada.

Referiu-se depois à iluminação pública no Alqueidão da Serra dizendo que está disponível para de noite se deslocar com o senhor Presidente da Câmara naquela localidade, de forma a analisar esta situação. Acrescentou ainda que há ruas que têm uma iluminação péssima e que há outras que têm iluminação em excesso, dizendo-se disposto a analisar tudo isso e ele próprio a pedir o corte de alguns.

Referiu-se ainda à situação do Parque Industrial de Mira de Aire, atendendo a que aquela vila sempre foi um grande pólo de desenvolvimento para a sua freguesia, dizendo que aquele parque precisa de ser dinamizado. Disse ainda que aquele espaço deve ter custado muito dinheiro ao concelho para ter apenas as duas ou três fabricas que lá tem, devendo aquela situação ser revista.

Fez depois menção à forma de trabalhar da senhora vereadora Rita Cerejo manifestando o seu apreço pela colaboração que esta sempre pediu às Juntas de Freguesia, estando todos a trabalhar para o mesmo fim são as populações a colher os benefícios.

Continuou depois dizendo que relativamente ao PDM, as freguesias pouca intervenção têm tido na conceção do mesmo, passando a referir-se ao acordo com a Assimagra e dizendo que gostaria de ter uma palavra a dizer acerca disso.

Referiu ainda querer esclarecer que a pintura do Jardim de Infância de Alqueidão da Serra foi feita ao abrigo do protocolo que as Juntas têm firmado com a Câmara Municipal. No que se refere à EB1, disse que se trata de uma remodelação que já andava atrasada há uns seis ou sete anos e que foi desta vez realizada. Disse ainda que ficou triste com uma notícia que saiu há algum tempo num jornal dizendo que os Presidentes de Junta não cumpriam os protocolos, sendo todos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aferidos pela mesma bitola, dizendo que já foi disso acusado diretamente. Terminou dizendo que não se utilize o facto de haver algumas freguesias que não cumprem os protocolos para se pensar nenhuma cumpre.

-----**António Rogério de Oliveira Vieira(Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras –PSD):**-----

-----Começou por dar os parabéns ao executivo e particularmente à senhora vereadora Rita Cerejo pela atividade desenvolvida.

-----Outro assunto que disse querer abordar tem a ver com as águas na sua freguesia, tanto as de distribuição como as pluviais, pedindo o apoio da Câmara Municipal, pedindo que na realização do próximo orçamento se tenha isso em consideração.

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

Dirigindo-se à senhora Vereadora Rita Cerejo, disse acerca do Dia do Idoso que foi ótima a ideia de todos colaborarem integrando todos os idosos e não só os institucionalizados. Depois, ao senhor Presidente da Câmara perguntou como está a situação do canil Porto de Mós/Batalha.

Quanto à iluminação pública em Serro Ventoso, disse haver sempre um termo de responsabilidade de um electricista estando a situação acautelada.

-----**Joaquim**

-----**Virgílio Santiago (PS):**-----

-----Referiu-se à estrada que vai para os Montes, dizendo que está mais ou menos. No que refere à estrada da Boeira, disse que a mesma ficou a metade.

Passou depois a tecer algumas considerações sobre a Zona Industrial do Juncal, dizendo que ouviu dizer que havia lotes vendidos e que era para se construir, mas que não vê nada.

Disse depois querer saber se o Salão tem algumas condições para entrar em obras antes das Festas de S. Miguel.

-Referiu-se depois à maior empresa sita na Zona Industrial de Porto de Mós, dizendo que trabalham ali seis operários por turno e tendo três turnos, trabalham lá dezoito pessoas, dizendo que existem aí barracões onde trabalha mais gente e pedindo cuidado com as empresas que se vão implantar naquela zona, sendo também importante os postos de trabalho que vão criar.

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

Usando da palavra, disse que este é um espaço de debate político e o senhor deputado António José Teixeira já os provocou hoje nesse sentido. Começou por dizer que é possível fazer mais e melhor, referindo a vereadora Rita Cerejo como exemplo do que disse o senhor Ministro da Educação. Disse ainda que se congratula com a gestão da Câmara de Porto de Mós, sendo que a divergência que existe tem a ver com as escolhas em que esse investimento é realizado dizendo que nunca pôs em causa a gestão da Câmara de Porto de Mós, nem no passado nem agora. Quando António José Teixeira vem dizer que o Ministério da Cultura nem tem assento no Conselho de Ministros pode pensar-se que o Governo do Partido Socialista no passado recente não teve o mesmo cuidado que tem tido a Câmara aqui, sendo um dos grandes causadores da situação em que nos encontramos agora.

-----Falou depois no acesso pedonal da Fonte dos Marcos/Fonte do Oleiro dizendo que ficou surpreendido por O Portomosense o ter questionado sobre isso, dizendo pensar que isso tinha ficado

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

devidamente acordado na reunião havida em Lisboa com as Estradas de Portugal.-----

-----No que diz respeito à iluminação pública disse esperar que esse trabalho de redistribuição dos pontos de luz se faça.-----

-----Disse depois que gostou de ver o executivo de Porto de Mós representado no Prós e Contras, esperando que dali resultem contactos que possam trazer investimento para Porto de Mós.-----

-----No que se refere aos pontos 6 e 14 da informação distribuída, disse que se tem aqui quase a resposta para o ponto que foi hoje retirado da ordem de trabalhos, dado que com toda a informação aqui existente como é que se pede à Assembleia que se pronuncie sobre um assunto sobre o qual tem tão poucos elementos.-----

-----**Ana Narciso** voltou a pedir a palavra para dizer que já é a segunda vez que se distribuem na Assembleia Relatórios deste género (IGAL) e dada a importância do documento não deve ser distribuído desta forma, mas com mais tempo de antecedência.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia passou a explicar que o anterior documento o tinha recebido de véspera pelo que foi distribuído na Assembleia. Neste caso, e para manter a coerência, disse ter achado que devia dar o mesmo tratamento que deu ao outro.-----

-----Dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara este passou a responder aos anteriores intervenientes, começando por dizer a **Carlos Vieira** que foram feitas grandes reparações em todos os buracos existentes. Quanto à água disse ter sido feita uma grande extensão na Rua da Tojeira para abastecimento de uma casa particular. Disse ainda que está a ser feito um grande investimento no Alqueidão no que toca à água, que tem a ver com a reparação do depósito. -----

-----Quanto à questão dos médicos disse ser esta uma questão transversal a todo o concelho dizendo ter ocorrido uma reunião com a diretora do ACES tendo tido oportunidade de lhe expor as suas preocupações neste aspeto.-----

-----A **Ana Narciso** referiu quanto ao Conselho de Segurança que nunca disse que não era importante, mas sim que nunca funcionou, mas vai-se tentar recuperar e reunir. Acerca da questão das Comunidades, disse que este executivo está a apoiar grandemente as comunidades, por vezes com alguns problemas, como é o caso do apoio que se está a dar à comunidade cigana.-----

-----Quanto aos projetos educativos, disse que a Câmara apoia, mas que a iniciativa é das escolas. Passou depois a referir-se ao apoio que a Câmara tem dado às escolas em termos de obras e dizendo que está prevista a aquisição do terreno contíguo à EB1 de Porto de Mós, com vista à sua ampliação. -----

-----Acerca da distribuição do relatório, disse pensar que na sua grande maioria os deputados recebem-no por e-mail, podendo fazer-se alguns ajustamentos nesse sentido.-----

-----A **António José Teixeira** disse, relativamente à Ecopista, que ao longo do percurso se terá alguma sinalização informativa acerca dos recursos geológicos, florestais havendo também painéis pedagógicos com referência à história do local e à importância que aquela via teve no desenvolvimento desta região.-----

-----Relativamente à senhora vereadora Rita Cerejo, disse comungar do que aqui foi dito, acrescentando que se trata de uma vereadora com especial sensibilidade para as questões sociais, sendo ela confrontada todos os dias com diversas questões desta natureza.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quanto ao antigo Posto de Turismo, o que se pretende para lá é transformá-lo num ponto de amostra do artesanato que se faz no concelho dizendo que no entanto várias hipóteses estão ainda em aberto.-----

-----Quanto ao museu municipal, disse estar de acordo com o que disse António José Teixeira, mas neste momento há que aproveitar aquelas instalações, melhorando-as. Disse ainda que irá para aquele espaço uma técnica superior, no âmbito dos POC, com o objetivo de fazer uma inventariação do espólio e conservação do mesmo.-----

-----Quanto ao Roteiro, disse que se está a elaborar um que possa ser distribuído pelas Grutas e hotéis, pois aquele que existe é muito grande e os seus custos não se compadecem com uma distribuição gratuita.-----

-----A **Benvinda Januário** referiu, quanto à reflorestação, que se trata de uma parceria entre a Câmara e a Floresta Unida, com o apoio e colaboração da Junta de Freguesia de Alcaria e dos GPS e doutras entidades envolvidas. Disse ainda que é uma obra que não ficará barata mas que se tratará de uma obra com valor acrescentado.-----

-----A **Rui Marto** disse que as obras referidas existem, mas que os alcatroamentos tiveram que ser limitados atendendo à existência de uma lei cega acerca do endividamento municipal, pois a Câmara terá que ter em finais de 2011 um endividamento igual ou inferior ao existente em setembro de 2010. Como felizmente em setembro de 2010 a Câmara não tinha dívidas será penalizada, porque quem tinha dívidas poderá continuar a gastar e quem as não tinha será penalizado. Continuou dizendo relativamente às questões de alcatroamento que tinha compromissos assumidos com algumas Juntas de Freguesia que não poderá cumprir por via da lei que entretanto saiu, dizendo ainda que esta é uma situação que a própria ANMP está a contestar.-----

-----Quanto à questão da eficiência energética, disse que é um projeto que está a ser feito em colaboração com a ENERDURA estando a ser feito o levantamento no concelho sobre as horas de maior densidade urbana.-----

-----Referiu ainda que Porto de Mós irá ter que suportar um aumento de mais 13% para o tratamento dos efluentes domésticos, no próximo ano.-----

-----Continuou depois dizendo, em resposta a **Rui Marto**, que de facto alguns Presidentes de Junta não cumprem o que está estipulado no protocolo, porque todos os dias a Câmara faz obras que são da responsabilidade das Juntas de Freguesia, mas as coisas vão acontecendo, e quando é possível avançar com as coisas de forma colaborante, isso é que é importante.-----

-----Referiu depois que atendendo ao facto de este concelho ser muito acidentado, facilmente acontecem ruturas, face às diferenças de pressão, sendo muito complicado lidar com esta situação. Disse depois que Pedreiras tem o problema das águas pluviais porque está a jusante da bacia de recolha de águas junto à zona industrial, com a agravante da impermeabilização dos solos pela IC2 e IC9, pelo que se terão que ter alguns cuidados relativamente a esta questão.-----

-----Quanto ao canil, a ideia existe e existe o protocolo, mas como diz o seu congénere da Batalha, enquanto houver pessoas no seu concelho a viver com fome, corroborando esta afirmação, o canil terá que aguardar.-----

-----A **Virgílio Santiago** disse, quanto à Estrada da Boeira, que metade está feita e a outra metade será feita entretanto. Quanto ao Salão Paroquial disse que o projeto está a ser feito pelo GAT, sendo depois entregue à Comissão Fabriqueira que será a dona da obra.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quanto à referência aos dezoito postos de trabalho, referiu que apenas por um já valia fazer qualquer coisa para o manter, pois tal significa que é menos uma pessoa a estar em situação económica difícil.-----

-----Relativamente ao Parque Industrial do Juncal, disse que a grande maioria dos lotes estão vendidos. Disse ainda referindo-se ao Parque Industrial de Mira de Aire, que estes lotes têm que ser exclusivamente para indústria, não podendo lá ser instalados serviços, por se tratar de uma obra financiada por fundos comunitários.-----

-----Finalmente, respondendo a António Pires disse que pensa que quanto ao acesso pedonal, isso está definido, mas que terá uma reunião em que procurará esclarecer melhor esta situação.-----

-----Quanto ao processo da Assimagra, disse que resolve muitas das questões que foram aqui levantadas acerca da localização das pedreiras.-----

MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações **Fixação da taxa da derrama; Fixação das taxas do imposto municipal sobre prédios urbanos; 5. Eleição de uma Junta de Freguesia para representante no Conselho Estratégico do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros; PROC.N.º 182/2008- REQUERENTE – S.A.GASPAR, Lda., requer na qualidade de explorador da pedreira denominada “Pia do Além”, sita no lugar de Espinheiro, Freguesia de São Bento, a emissão de declaração de Interesse Público Municipal, para integrar o E.I.A., elaborado no âmbito do licenciamento da ampliação da respetiva pedreira; Concessão da exploração do bar – “Docas 2” do Parque Verde da vila de Porto de Mós,** tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade.**-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 01.30 do dia 30 de setembro e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo-----

Texto escrito conforme o Acordo Ortográfico - convertido pelo Lince.